



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho
2ª REUNIÃO DE 2020 – 24/04/2020

PROPOSTA DE PAUTA

1. Pendências de reuniões anteriores	Identificador
1.1. Revisão da última ata	

2. Novos itens para análise e deliberação	Identificador
2.1 OF. n.º 21/2020/SECG/CGJT. Consulta sobre a integração do PJe com sistemas da OAB	9/2020
2.2 Ofício TRT6-GP n. 72/2020. Consulta sobre redução da quantidade de reuniões do Comitê Gestor Regional do PJe	10/2020
2.3 Ofício TRT10 1383799-SEGJUD. Encaminha manifestação da OAB. Publicações incompletas no DEJT	11/2020
2.4 Resolução CSJT n. 241/2019 (Alterou a Res. CSJT 185/2017 (PJe). Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo. Obrigatoriedade PJe-Calc	12/2020
2.5 Projetos de melhoria para o Sistema PJe 2.5.1. PJEKZ-28161 - Criar rotinas automáticas (<i>Jobs</i>) para validação periódica de advogado no site da OAB 2.5.2. Novo Painel do Advogado - Melhorias incrementais ou de uma vez? 2.5.3. Incremento do acumulador dos Gabinetes quando do provimento de AIAP e de AIRO - MEL 926 2.5.4. Protocolo por usuários externos - MEL 906 2.5.5. Impedir a inserção de arquivos em pdf com orientação diversa da de "retrato" e em tamanhos variados - MEL 886 2.5.6. Agrupar <i>push</i> em apenas 1 e-mail por dia por advogado - MEL 952	13/2020

3. Outros Assuntos	Identificador
3.1. Portaria CNJ n. 7/2020. Institui o Repositório Nacional de Arquivos (<i>Git.Jus</i>). Informes.	
3.2. Projeto AJJT. Atendimento da Resolução CNJ n. 233/2017. Situação atual do projeto	
3.3 Ofício do CNJ. Acordão TCU n. 1534/2019. Solicitação de Migração do PJe instalado na Justiça do Trabalho para versão Nacional do PJe, mantida pelo CNJ.	

4. Aprovações por FRAD	Identificador
-------------------------------	----------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho
2ª REUNIÃO DE 2020 – 24/04/2020

4.1. Repasse de indicadores produtividade para CNJ	
--	--

ATA DE REUNIÃO		
Local	Data	Horário
Sala virtual. <i>Google Meetings</i> .	24/04/2020	16h30 às 18h00

No dia 24 de abril de 2020, das 16h30 às 18h00, por meio do aplicativo *Google Meeting*, ocorreu a 2ª Reunião de 2020 do Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho (CGNPJe).

São membros efetivos do referido comitê:

Nome
Fabiano de Abreu Pfeilsticker Juiz Auxiliar da Presidência do TST e do CSJT Coordenador do Comitê Gestor Nacional do PJe
Paulo Sérgio Pimenta Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região
Carolina da Silva Ferreira Secretária-Geral do CSJT
Fábio Portela Lopes de Almeida Assessor da Presidência do TST
Cláudio Fontes Feijó Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT
Fabiano de Andrade Lima Secretário de Tecnologia da Informação do TST
Cláudio Luidi Gaudensi Coelho Analista Judiciário da da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho
Márcio Nisi Gonçalves Secretário de Tecnologia da Informação do TRT da 2ª Região
Villermundo Ribeiro dos Santos Servidor da Coordenadoria de Gestão Documental TST/CSJT
Fábio Massahiro Kosaka Procurador do Trabalho
Theo Lucas Borges de Lima Dias Procurador da Fazenda Nacional



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho
2ª REUNIÃO DE 2020 – 24/04/2020

Tamiride Monteiro Leite
Advogada

Após agradecer a presença de todos o Doutor Fabiano de Abreu Pfeilsticker encaminhou a discussão dos itens da pauta:

1. Pendências de reuniões anteriores

Item:	1.1. Revisão da última ata	ID	
Situação atual: A ata da última reunião foi encaminhada por <i>e-mail</i> .			
Encaminhamento CGNPJe (Reunião 2.2020): nada a deliberar.			

2. Novos itens para análise e deliberação

Item:	2.1. OF. n.º 21/2020/SECG/CGJT. Consulta sobre a integração do PJe com sistemas da OAB	ID	9/2020
Situação atual: A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho indaga se há solução no PJe que permita o controle da regularidade para o exercício profissional dos advogados junto à OAB, disponível para todos os Tribunais, exemplificando que no TRT9 existe tal comunicação do PJe com os sistemas da OAB, para esse fim, nos termos da manifestação apresentada por aquele Tribunal.			
Encaminhamento CGNPJe (Reunião 2.2020): O CGNPJe delibera por sugerir que a CNE adote as providências necessárias à implementação de funcionalidade no Sistema PJe instalado na Justiça do Trabalho, nos termos da <i>issue</i> https://pje.csjt.jus.br/jira/browse/PJEKZ-28161 , com a indicação (mero alerta - chips, apenas para usuários internos - magistrados e servidores) e não vedação à prática do ato processual pelo advogado. Contudo, antes de iniciar o efetivo desenvolvimento da funcionalidade, a representante da OAB, junto ao CGNPJe, fará consulta e apresentará resposta ao Comitê, até a próxima reunião. O CGNPJe ainda ressalta que dentro da resposta a ser apresentada pela OAB, seria importante que fosse esclarecido se seria suficiente que o alerta seja feito apenas no caso de suspensão do advogado ou também para a situação em que o patrono tenha mais de 5 processos em jurisdição diferente da sua seccional.			

Item:	2.2. Ofício TRT6-GP n. 72/2020. Consulta sobre redução da quantidade de reuniões do Comitê Gestor Regional do PJe	ID	10/2020
Situação atual: O TRT da 6ª Região, por meio do ofício em epígrafe, solicita avaliação por parte desse Comitê Nacional acerca da possibilidade de reduzir a quantidade de reuniões do Comitê Gestor Regional do Sistema (CGRPJe-TRT6), considerando que no entendimento desse Comitê a Resolução 185/2017 determina uma quantidade excessiva de reuniões em face do reduzido número de demandas que foram submetidas ao CGRPJe.			
Encaminhamento CGNPJe (Reunião 2.2020): O CGNPJe delibera por opinar que seja mantida a quantidade de reuniões mensais, estabelecida pela Res. CSJT 185/2017, e que eventualmente seja expedida orientação aos Tribunais para que adotem soluções			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho
2ª REUNIÃO DE 2020 – 24/04/2020

voltadas à otimização do esforço empreendido para manter reuniões presenciais, mantendo-se assim inalterado esse importante instrumento para a governança e gestão do PJe, no âmbito da Justiça do Trabalho.

Item:	2.3. Ofício TRT10 1383799-SEGJUD. Encaminha manifestação da OAB. Publicações incompletas no DEJT	ID	11/2020
--------------	---	-----------	----------------

Situação atual: O TRT da 10ª Região, por meio do ofício em referência, solicita que o CSJT envie os esforços necessários a solucionar problemas detectados na publicação de informações do PJe no Sistema DEJT (utilização apenas do identificador "id"), juntando ainda expediente da OAB-DF dando conta de publicações incompletas no DEJT.

Encaminhamento CGNPJe (Reunião 2.2020): A Coordenação Nacional Executiva (CNE) informa que foi empreendida ação de aperfeiçoamento do PJe para que se pudesse ter um diário mais enxuto, a partir da publicação apenas do ID documento. Contudo, a CNE informa que essa funcionalidade foi revista e na versão 2.5.4 o formato de publicação voltou aos moldes originários.

Item:	2.4. Resolução CSJT n. 241/2019 (Alterou a Res. CSJT 185/2017 (PJe). Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo. Obrigatoriedade PJe-Calc	ID	12/2020
--------------	---	-----------	----------------

Situação atual: O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo encaminha, por meio do ofício acima, arrazoado contra a disposição da Res. CSJT n. 241/2019 que tornou obrigatório, a partir de janeiro de 2020 (estendendo o prazo anterior definido - julho de 2019), o uso do sistema PJe-Calc, sistema satélite do PJe, no âmbito da Justiça do Trabalho. O CRC-SP finaliza pleiteando ao CSJT que a adoção do PJe-Calc seja facultativa para os Peritos que atuam na Justiça do Trabalho.

Encaminhamento CGNPJe (Reunião 2.2020): O CGNPJe opina que os pleitos recebidos, voltados à flexibilização do uso obrigatório do PJe-Calc para os Peritos, sejam indeferidos ante a importância do armazenamento de metadados processuais para a atividade jurisdicional.

Item:	2.5. Projetos de melhoria para o Sistema PJe	ID	13/2020
--------------	---	-----------	----------------

Situação atual: A CNE apresenta para proposta de projeto importantes para a melhoria/adequação do PJe instalado na Justiça do Trabalho, informando as respectivas *issues* do Projeto Melhoria (MEL) quando já registradas.

2.5.1. **PJEKZ-28161** - Criar rotinas automáticas (Jobs) para validação periódica de advogado no site da OAB. (aprovado o encaminhamento nos termos.)

2.5.2. Novo Painel do Advogado - Melhorias incrementais ou de uma vez?



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho
2ª REUNIÃO DE 2020 – 24/04/2020

2.5.3. Incremento do acumulador dos Gabinetes quando do provimento de AIAP e de AIRO - **MEL 926**

2.5.4. Protocolo por usuários externos - **MEL 906**

2.5.5. Impedir a inserção de arquivos em pdf com orientação diversa da de "retrato" e em tamanhos variados - **MEL 886**

2.5.6. Agrupar push em apenas 1 e-mail por dia por advogado - **MEL 952**

Encaminhamento CGNPJe (Reunião 2.2020): O CGNPJe delibera por sugerir que sejam apresentados os principais elementos, eventuais impactos, questões orçamentárias em formato executivo para que o Comitê tenha maior conhecimento da iniciativa e possa deliberar com maior segurança. A representante da OAB, acerca da proposta de desenvolvimento do Novo Painel do Advogado no PJe instalado na Justiça do Trabalho, reitera a posição do Conselho Federal da OAB de que o Sistema Escritório Digital, em desenvolvimento pelo CNJ, não exclui a necessidade de modernização e aperfeiçoamento do painel do advogado da 1.x, desenvolvido e mantido pelo CSJT em colaboração com os Tribunais.

3. Outros assuntos

Item: 3.1. Portaria CNJ n. 7/2020. Repositório Nacional de Projetos PJe.

Situação atual: O CNJ, por meio da portaria em epígrafe, informou sobre a instituição do repositório nacional de projetos e versionamento de arquivos, denominando-o de plataforma de acompanhamento de projetos e controle de versão (*Git.jus*), aberta a todos os tribunais, magistrados e servidores, de modo a funcionar como ambiente digital central de colaboração e inovação do Poder Judiciário. Sinalizou ainda que seria obrigatório o repasse dos códigos-fonte (funcionalidades, módulos e sistemas satélites), para o repositório do CNJ, de tudo o que fosse desenvolvido para o PJe (art. 8º, Portaria n. 7/2020). A SETIC aduz que se encontra em tramitação no CSJT informação específica tratando de análise técnica mais detalhada, acerca do normativo em questão, relevando que esse estudo contemplará o alcance do quanto terá de ser depositado na plataforma daquele Conselho e, sobretudo, a quem incumbirá o suporte, a manutenção e a evolução do que for eventualmente depositado, nos termos da decisão do CGNPJe na 1ª Reunião do CGNPJe de 2020. A SETIC esclarece que além dessa questão outros aspectos igualmente importantes estarão abrangidos na referida análise, como por exemplo, a necessidade de celebração de acordo de cooperação específico em que conste as obrigações dos colaboradores do *Git.jus*, do CNJ e de dos órgãos que tiverem interesse em aproveitar as soluções desenvolvidas no âmbito da Justiça do Trabalho. Após a conclusão dessa análise técnica, o CGNPJe será cientificado em prosseguimento e caso seja necessária alguma deliberação, ela será encaminhada pelo Fluxo Rápido de Aprovação de Demandas (FRAD).

Item: 3.2 Projeto AJJT. Atendimento da Resolução CNJ n. 233/2016. Situação atual do projeto

Situação atual: O CSJT informou recentemente ao CNJ a situação atual do projeto, nos termos da informação apresentada ao CGNPJe. Assim, a SETIC ressalta que não



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho
2ª REUNIÃO DE 2020 – 24/04/2020

obstante ainda existam providências de natureza administrativa para viabilizar o pleno funcionamento do Banco de Peritos em todos os Tribunais, no que toca ao desenvolvimento das aplicações, tanto o Painel Perito 2.0 do PJe quanto o módulo de cadastramento AJJT do Sistema SIGEO-JT, encontram-se concluídos, sendo que este último foi implantado, em caráter piloto (para testes e validações) no TRT da 3ª Região, com etapa preliminar e antecedente à expansão para todos os Tribunais Regionais do Trabalho.

Item:	3.3 Ofício do CNJ. Acórdão TCU n. 1.534/2019. Solicitação de Migração do PJe instalado na Justiça do Trabalho para versão Nacional do PJe, mantida pelo CNJ.
--------------	---

Situação atual: O Comitê teve ciência da solicitação do Conselho Nacional de Justiça e a CNE se dispôs a preparar uma proposta de alinhamento para as ações empreendidas do CSJT, direcionadas ao PJe, ante a informação encaminhada pelo CNJ.

4. Aprovações por FRAD

Item	4.1. Remessa de indicadores do PJe para o CNJ.
-------------	---

A SETIC informa que os *scripts* formulados pelo CNJ foram adequados pela CTPJE/SETIC e consta da issue <https://pje.csjt.jus.br/jira/browse/PJE-9347>, bem como todas as orientações a respeito.

5. Próximas reuniões do CGNPJe

<ul style="list-style-type: none">• 29 de maio (provisória)	
---	--

A ata foi submetida aos membros do Comitê que a aprovaram.

Nome	Assinatura
Fabiano de Abreu Pfeilsticker Juiz do Trabalho Auxiliar da Presidência do TST e do CSJT Coordenador do Comitê Gestor Nacional do PJe	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho
2ª REUNIÃO DE 2020 – 24/04/2020

Paulo Sérgio Pimenta Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	
Carolina da Silva Ferreira Secretária-Geral do CSJT	
Fábio Portela Lopes de Almeida Assessor da Presidência do TST	
Cláudio Fontes Feijó Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT	
Fabiano de Andrade Lima Secretário de Tecnologia da Informação do TST	
Cláudio Luidi Gaudensi Coelho Analista Judiciário da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho	
Márcio Nisi Gonçalves Secretário de Tecnologia da Informação do TRT da 2ª Região	
Villermardo Ribeiro dos Santos Servidor da Coordenadoria de Gestão Documental TST/CSJT	
Fábio Massahiro Kosaka Procurador do Trabalho	
Theo Lucas Borges de Lima Dias Procurador da Fazenda Nacional	
Tamiride Monteiro Leite Advogada	

Ciente em abril de 2020.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente